

Acórdão nº 9.515/2016/Plenário-TCE/AC

NATUREZA DO FEITO:

ASSUNTO:

RESPONSÁVEL:

RELATOR:

Processo nº 16.107.2012-20-TCE

Prestação de Contas da Câmara Municipal de Senador Guimard, exercício de 2011.

Senhor **Adão Leite Martins**

Conselheiro **Antonio Jorge Malheiro**

Prestação de Contas. Câmara Municipal. Realização de despesas sem licitação. Ausência de detalhamento e formalidades na aplicação das verbas indenizatórias. Apresentação do Inventário Analítico dos Bens Móveis e Imóveis, existentes em 31.12.2011, sem a indicação dos valores individualizados. Irregularidade. Aplicação de multa ao gestor. Encaminhamento ao Ministério Público Estadual para as providências que entender pertinentes.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator: **1) julgar IRREGULARES** as Contas da Câmara Municipal de Senador Guimard, referentes ao exercício de 2011, de responsabilidade do Senhor **Adão Leite Martins**, com fundamento no art. 51, inciso III, alínea “b”, da LCE nº 38/93, em face das falhas e irregularidades: **a)** realização de despesas sem licitação; **b)** ausência de detalhamento e formalidades na aplicação das verbas indenizatórias; e **c)** apresentação do Inventário Analítico dos Bens Móveis e Imóveis, existentes em 31.12.2011, sem a indicação dos valores individualizados por bem, impossibilitando a confirmação dos saldos demonstrados no Ativo Permanente; **2) aplicar multa de R\$ 3.570,00** (três mil, quinhentos e setenta reais) ao gestor, nos termos do art. 89, incisos I e II, da LCE nº 38/93, em face da ausência dos devidos processos licitatórios; e **3) encaminhar ao Ministério Público Estadual** para as providências que entender pertinentes em face da infringência ao art. 89 c/c o art. 100, ambos da Lei Federal nº 8.666/93. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos. **Divergente, em parte**, o Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro, que entende respeitadas as formalidades da aplicação da verba indenizatória, por semelhança ao procedimento dos Parlamentares das Câmaras Federal e Estadual. Ausente, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre

Rio Branco – Acre, 28 de abril de 2016

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Presidenta do TCE/AC

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**

Relator

Fui presente:

SÉRGIO CUNHA MENDONÇA

Procurador do MPE/TCE/AC